



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 009

---

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA  
ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES  
BRASILEIRAS - RELATÓRIO RMS**

---

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Pesquisadora INCT Observatório das Metrópoles  
Núcleo Salvador

Claudia Monteiro Fernandes

Pesquisadora INCT Observatório das Metrópoles  
Núcleo Salvador

Rio de Janeiro  
2019

## Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

[www.observatoriodasmetropoles.net.br/](http://www.observatoriodasmetropoles.net.br/)

## INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

### Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

### Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

### COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

Massami Saito

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

# Transformações recentes da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras - Relatório RMS

Inaiá Maria Moreira de Carvalho<sup>1</sup>  
Claudia Monteiro Fernandes<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a configuração e a dinâmica mais recente da estrutura social da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Como parte de uma investigação mais ampla desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles sobre a estrutura social desses centros no Brasil, ele dá continuidade a estudos efetuados anteriormente pelo núcleo de Salvador sobre essa questão, atualizando e aprofundando suas análises a partir de tabulações especiais das últimas PNAD e de alguns outros trabalhos realizados sobre a referida questão.

Dando início a essa discussão, vale lembrar que a urbanização e o desenvolvimento brasileiros vêm se mostrando, historicamente, incapazes de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população urbana. Ainda que os referidos processos tenham sido associados a uma expansão e diversificação da estrutura produtiva e ocupacional das cidades (com a criação de novos postos em setores como a indústria de transformação, transportes, energia, construção civil, administração pública, finanças, serviços auxiliares à produção e de consumo coletivo) a relação contratual assalariada e regulada por direitos trabalhistas e sociais nunca chegou a se generalizar.

Como bem assinala Faria (1976), mesmo nas áreas e cidades mais dinâmicas e desenvolvidas, uma reduzida camada de alta renda e camadas médias ampliadas e diversificadas passaram a conviver com um proletariado industrial e com um vasto e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa. E a despeito das transformações da economia e do intenso processo de urbanização persistem as características estruturais e a segmentação do mercado de trabalho, assim como as profundas iniquidades que marcam a sua estrutura social, notadamente nas suas regiões metropolitanas.

## 2. A CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Além disso, com as intensas desigualdades inter e intrarregionais do país, esse quadro vem se mostrando especialmente acentuado em algumas cidades, como ocorre em Salvador e nos municípios que hoje compõem a sua região metropolitana. A RMS

---

<sup>1</sup> Inaiá Maria Moreira de Carvalho - Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: [inaiammc@ufba.br](mailto:inaiammc@ufba.br)

<sup>2</sup> Claudia Monteiro Fernandes - Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: [claudia.monteiro.ufba@gmail.com](mailto:claudia.monteiro.ufba@gmail.com)

tem por característica a predominância de ocupações médias, que com três outras categorias (Trabalhadores do terciário especializado, Trabalhadores do secundário e Trabalhadores do terciário não-especializado) representam mais de 80% da ocupação da região. Análises relacionadas à categoria de Grandes empregadores, por exemplo, esbarra na pequena quantidade desses ocupados na RMS, uma vez que os proprietários de muitas das grandes empresas que atuam na região são residentes do Sul e do Sudeste do país, mantendo aqui apenas gerentes e gestores.

Como se sabe, ainda que Salvador tenha sido a primeira capital do país, sediando o governo geral do Brasil até 1763 como a sua mais importante cidade, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o declínio da base agroexportadora local e, posteriormente, a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul do país, a cidade foi afetada negativamente, experimentando um longo declínio que se refletiu sobre as condições de trabalho e de subsistência dos seus moradores. Na década de 1950, porém, a descoberta e exploração de petróleo no Recôncavo Baiano estimulou o crescimento econômico, populacional e urbano da capital e de alguns municípios do seu entorno, que vieram a compor a RMS. Na década de 1960 a região recebeu alguns investimentos industriais incentivados pela SUDENE e, dos anos 1970 para 1980, os esforços do governo federal para complementar a matriz industrial brasileira, com a produção de insumos básicos e bens intermediários, levaram à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e do Complexo do Cobre.

Esses e outros investimentos tiveram um impacto extraordinário sobre a velha capital baiana, convertendo a indústria no foco dinâmico da economia regional, estimulando o surgimento de novas atividades e a expansão e modernização de outras, dando um novo peso à administração pública, ampliando as oportunidades de trabalho e transformando significativamente a estrutura social.

Assim, diversamente do que ocorreu no país, a década de 1980 não foi “perdida” na RMS. O emprego na indústria de transformação se expandiu, principalmente a partir da implementação do Polo Petroquímico de Camaçari, levando à emergência de um operariado industrial moderno, com uma qualificação, salários e benefícios bem mais elevados que a média local. A construção civil foi bastante dinamizada pela implantação das indústrias e por uma intensa renovação da cidade, criando muitos novos postos de trabalho, e as demandas das empresas, a expansão do setor público e o crescimento da massa salarial e do consumo elevaram as oportunidades para a prestação de serviços, de um modo mais geral. As classes médias, cujo peso era historicamente reduzido, se ampliaram e diversificaram, com o crescimento do contingente de empregados de escritório e uma maior demanda de técnicos e profissionais de nível superior, como administradores, economistas, engenheiros, contadores, advogados, professores e profissionais da área de saúde.

Mas o perfil de nova indústria, orientada para a produção de bens intermediários e centrada em grandes plantas automatizadas de produção contínua, a exiguidade do mercado consumidor local – pouco atrativo para investimentos com maior capacidade de absorção de mão de obra, como a indústria de bens de consumo final – e a centralização espacial e empresarial mantiveram a parcela de trabalhadores ocupados

por esse setor bem mais reduzida que em outras metrôpoles brasileiras. Além disso, as transformações assinaladas incidiram sobre um mercado de trabalho marcado pela elevada oferta de mão de obra de baixa qualificação (reforçada pela atração de fluxos migratórios para Salvador e sua região metropolitana), pela vinculação de uma grande parcela de força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e por uma oferta relativamente reduzida de postos de trabalho de qualidade.

Por isso, mesmo nas fases de maior crescimento econômico, ou seja, entre 1970 e 1985, quando a capital baiana colocou-se entre as metrôpoles mais dinâmicas do país, os problemas ocupacionais e a pobreza de amplos segmentos da sua população mostraram-se persistentes, agravando-se com a crise e as transformações dos anos 1990. Na medida em que a sua indústria dependia essencialmente dos capitais e mercados do centro-sul e do exterior, o esgotamento do padrão desenvolvimentista, a abertura, a reestruturação da economia brasileira e a nova orientação neoliberal do Estado (com o abandono das políticas industrial e de desenvolvimento regional) tiveram um impacto especialmente adverso sobre a estrutura produtiva local, afetando a dinâmica econômica, o nível e as condições de emprego e a estrutura e condições sociais.

Conforme dados do IPEA, o PIB de Salvador teria crescido em média 9,1% ao ano entre 1970 e 1975, 11,3% entre 1975 e 1980, 3,3% entre 1980 e 1985 e 5,7% entre 1985 e 1990. Já entre 1990 e o início do novo milênio, acompanhando a desaceleração que ocorreu no conjunto do país, o crescimento foi de apenas 1%. Além disso a abertura, as privatizações, as novas tecnologias de informação e comunicação e os novos formatos organizacionais, a flexibilização das relações de trabalho e a terceirização tiveram impactos bastante negativos sobre as condições de ocupação, levando a uma verdadeira desestruturação do mercado de trabalho local.

Enquanto a oferta metropolitana de trabalho se ampliava, sobretudo pelo rápido crescimento da participação das mulheres e da quantidade de jovens e adultos jovens em busca de trabalho, os problemas ocupacionais se acentuaram. O proletariado industrial se reduziu drasticamente com as privatizações e, sobretudo, com a terceirização, interrompendo o processo de formação de uma classe operária moderna, reivindicativa e politizada que vinha ocorrendo com a implantação do Polo Petroquímico, onde a mão de obra empregada diretamente foi reduzida a cerca de 1/3 do máximo alcançado nos anos 1980 (Almeida, 2008). A terceirização também avançou na indústria metal-mecânica e em alguns importantes ramos de economia metropolitana, como os serviços financeiros e de utilidade pública, destruindo empregos de qualidade.

O emprego público se retraiu. Cresceu o contingente de trabalhadores de sobrevivência e, explicitando os estreitos limites de incorporação produtiva de economia de Salvador e de sua região metropolitana sob qualquer condição, o desemprego se elevou bastante, conferindo à capital baiana um triste campeonato nacional no que se refere a esse problema e, como assinalam Borges e Carvalho (2014), extremando um dos traços mais característicos da RMS: a vulnerabilidade e a pobreza de sua população.

Dados relativos à distribuição das pessoas ocupadas no ano 2000 deixam patente essa vulnerabilidade, após uma década da mencionada reestruturação; pouco mais da metade dessas pessoas dispunha de um trabalho regular e protegido, na condição de

empregados com carteira assinada, militares ou funcionários públicos estatutários. Além disso, analisando-se a estrutura social da região com a metodologia utilizada pelo Observatório das Metrôpoles e os dados do Censo de 2000, encontrava-se um pequeno grupo de maior renda composto pelos grandes empregadores locais, por dirigentes do setor público e do setor privado e por profissionais autônomos ou empregados de nível superior; setores médios e pequenos empregadores com um peso mais reduzido que em outras metrôpoles brasileiras, um contingente expressivo de trabalhadores em atividades terciárias e um proletariado secundário cuja participação na indústria de transformação (tradicional e moderna) era especialmente restrita.

Os trabalhadores da construção civil tinham uma presença mais expressiva (8% dos ocupados) e, conforme antes mencionado, a marca básica da RMS era a dimensão do subproletariado e do excedente de mão de obra, que se expressava pela participação dos ocupados em um terciário não especializado (agregando prestadores de serviços não qualificados (5,3%), trabalhadores domésticos (9,8%), ambulantes, biscateiros e similares) e pelo desemprego.

Em decorrência desse quadro, 26,6% da população ocupada na capital baiana recebia um rendimento médio mensal de até um salário-mínimo e 54,8% de até dois salários-mínimos em todos os trabalhos; 67% ganhavam até três salários e apenas 33,3% acima desse valor. Para o conjunto da Região Metropolitana esses números eram, respectivamente, de 28%, 56,7%, 68,9% e 31,1%. Os moradores pobres chegavam a 30,7% em Salvador e a 46,0% no conjunto da região, e aqueles em condição de indigência<sup>3</sup> representavam 13,4% e 23,1%, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humanos/METRODATA, 2004.

Chegando ao novo milênio com essas condições, já nos seus primeiros anos a RMS experimentou algumas mudanças que atenuaram os seus problemas ocupacionais e sociais. Com o fim das políticas nacionais de desenvolvimento regional e a nova ênfase na integração dos “espaços competitivos” do país à dinâmica global, em busca de novas alternativas econômicas para a Bahia e para a sua região metropolitana, tanto o governo estadual como alguns municípios passaram a apostar na concessão de incentivos fiscais para a atração de novas indústrias e na expansão do turismo, obtendo algum sucesso. Fugindo das “deseconomias de aglomeração”, ou seja, das desvantagens de uma concentração de determinadas atividades econômicas, presentes no centro-sul e atraídas tanto pelos incentivos como pelos menores salários que prevalecem no Nordeste, algumas empresas se deslocaram para o interior da Bahia e para a RMS.

Destacam-se, entre elas, as integrantes do complexo automobilístico da Ford Nordeste, implantado em Camaçari, compreendendo, além da montadora, 33 empresas sistemistas, ou seja, aqueles que estão inseridas no processo produtivo como fornecedoras de bens intermediários e partes necessárias à produção final, que teriam levado a criação de cerca de 8.000 empregos diretos e outros estimados 35 mil empregos indiretos, através da demanda de serviços. Houve, também, um crescimento do complexo químico e petroquímico, e o turismo se expandiu significativamente a

---

<sup>3</sup> Foram consideradas “Pobres” pessoas que recebiam até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo familiar per capita e como “Indigentes” aquelas que recebiam até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo familiar per capita.

partir de investimentos governamentais em infraestrutura e do setor privado em hotéis, resorts e outros equipamentos, notadamente no litoral da RMS. A capital baiana consolidou o seu papel de centro administrativo, comercial e de serviços e a construção civil e as atividades imobiliárias experimentaram um extraordinário crescimento, conforme ressaltam Carvalho e Pereira (2014).

Mas essa dinâmica foi associada, sobretudo, às condições da nova conjuntura nacional, iniciada com a vitória, na eleição presidencial de 2002, de uma aliança partidária liderada por forças historicamente ligadas às demandas das classes trabalhadoras, o que levou a uma certa mudança no padrão de gestão da economia e das questões sociais no país. Como ressaltam Carvalho e Fernandes (2018), beneficiado por uma conjuntura internacional favorável e pelo crescimento da demanda e do preço das commodities, o novo governo manteve alguns dos pilares da política econômica do seu antecessor, mas recuperou o papel do Estado como indutor do crescimento econômico; ampliou os investimentos públicos e estimulou a expansão de diversas cadeias produtivas, desenvolvendo, paralelamente, políticas ativas para viabilizar o crescimento e a formalização do emprego e a geração de renda. Promoveu uma elevação do valor real do salário-mínimo, expandiu o crédito e tomou outras medidas que levaram a ampliação do mercado interno, impulsionando o comércio, a indústria e o setor de serviços.

Conformou-se um círculo virtuoso que levou à recuperação e a um crescimento da economia, associado a uma melhoria das condições sociais. A nova dinâmica favoreceu, sobretudo, os trabalhadores mais pobres, aumentando suas chances de acesso a um emprego protegido, com salários médios mais elevados pelos ganhos reais do salário mínimo, que passara a ser considerado como uma variável básica para o crescimento da economia e para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Além disso, a conjuntura em apreço também foi marcada por medidas de combate à extrema pobreza e por uma expansão das políticas e dos gastos sociais. Assim, após a estagnação de 2003, o PIB nacional teve um crescimento de 5,7% em 2004, 6,1% em 2007, 5,1% em 2008 e 7,5% em 2010 (Singer, 2012). A melhoria do desempenho macroeconômico foi associada a um crescimento do emprego e da sua formalização, com um aumento dos rendimentos médios dos trabalhadores e do seu acesso aos direitos trabalhistas e sociais, contribuindo para a redução da vulnerabilidade e para a elevação dos níveis de proteção social.

Como seria de esperar, os movimentos de expansão econômica e de recuperação do mercado de trabalho associados à nova conjuntura também beneficiaram a metrópole baiana. Após a fase de crise econômica, destruição e precarização<sup>4</sup> dos postos de trabalho, crescimento do desemprego e queda das remunerações que marcou a década de 1990 e se estendeu até o início do novo milênio, a partir de 2004/2005 observou-se

---

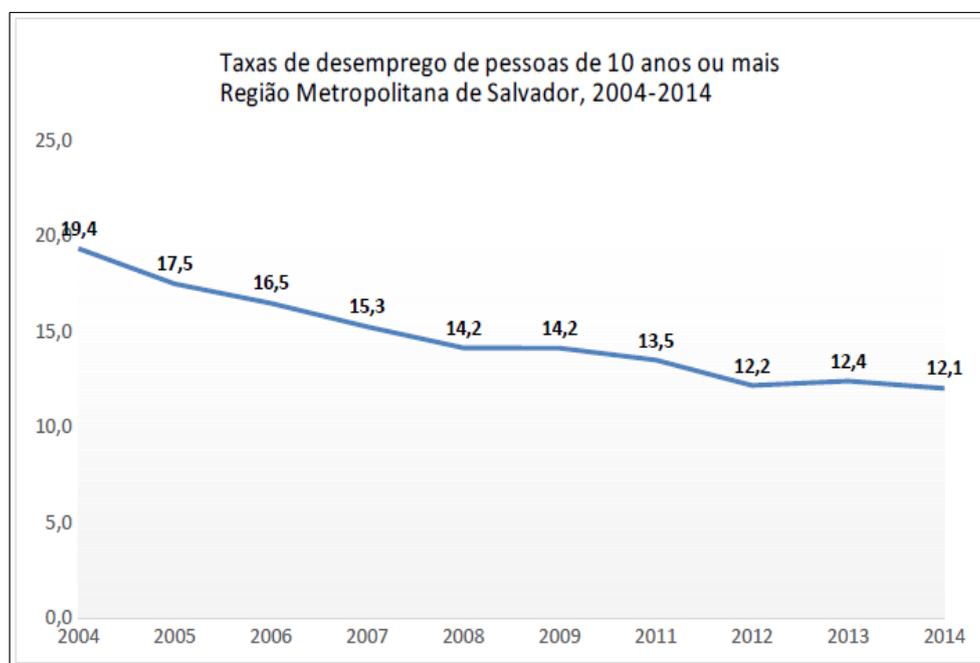
<sup>4</sup> A precarização implica não apenas o emprego incerto e a pobreza do trabalhador mas, também, a falta de uma identidade segura baseada no trabalho. Standing (2014) define como “precarizado” as pessoas desprovidas das formas de garantias perseguidas pelos social-democratas, partidos trabalhistas e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial como agenda de “cidadania industrial” para a classe trabalhadora ou para o proletariado industrial, tais como emprego e renda, estabilidade e mobilidade “ascendente”, segurança no trabalho, possibilidades de adquirir habilidades e conhecimentos (educação e qualificação) segurança de renda e representação.

uma evolução positiva das condições econômicas e ocupacionais da RMS, que fora especialmente afetada pela reestruturação produtiva e pelas transformações ocorridas na referida década.

A concentração populacional, o volume de renda, a ampliação da massa salarial e o aumento conseqüente da demanda estimularam o crescimento dos serviços públicos, de alguns serviços de apoio à produção e, especialmente, dos serviços pessoais, consolidando a condição da capital baiana como uma metrópole terciária. O crescimento do turismo incrementou o setor de alojamento e alimentação e, como foi visto, a produção industrial também experimentou uma certa expansão. Além disso, com a retomada do crescimento, a ampliação do emprego e renda, a redução dos juros, a expansão do financiamento e as novas políticas nacionais de habitação, após quase duas décadas de estagnação o mercado imobiliário baiano voltou a crescer, notadamente com o boom registrado na segunda metade da primeira década do novo milênio, ampliando sua relevância na economia sotropolitana, notadamente quanto ao emprego da mão de obra de menor qualificação.

Refletindo-se sobre o mercado de trabalho esses movimentos levaram a uma queda do desemprego, mais intensa entre 2004 e 2008 e mais lenta de 2008 a 2014. Mesmo com um cenário de crise, em 2008 a RMS manteve a redução do desemprego até 2014, (seguindo a tendência nacional) como se observa pelo Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Taxa de desemprego de pessoas de 10 anos ou mais. RMS, 2004-2014.**



Fonte: IBGE/PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual.

Com o crescimento e a formalização do emprego, o contingente de assalariados passou de 75,7% no ano 2000 para 77,7% em 2010, com uma evolução daqueles com carteira de trabalho assinada de 47,2% para 54,9% dos ocupados. Os empregados sem

carteira assinada tiveram a sua participação reduzida, ocorrendo o mesmo com os trabalhadores por conta própria (núcleo do denominado trabalho “informal”) que caíram de 23,4 para 18,4%, conforme dados dos Censos de 2000 e 2010 apresentados por Carvalho e Borges (2014).

Além disso, o rendimento médio dos trabalhadores obteve uma certa recuperação, favorecendo especialmente os que se encontravam na base da pirâmide ocupacional, com uma redução do contingente que recebia até meio salário mínimo (tanto em termos absolutos como relativos), especialmente numerosos em Salvador e nos demais municípios de sua região metropolitana. O desempenho da construção civil e das atividades a ela articuladas foi especialmente relevante nesse sentido, uma vez que, conforme estudo de Oliveira (2013), entre 2001 e 2010 o estoque de empregos formais nesse setor mais que dobrou em Salvador, passando de sessenta para cento e sessenta mil.

Mas, como se sabe, os fenômenos em apreço não chegaram a alterar a estrutura produtiva da região, e mudanças conjunturais não são capazes de transformar a estrutura social. Apesar dos novos investimentos, o setor industrial permaneceu mais restrito na RMS que em outras metrópoles brasileiras, além de concentrado em termos setoriais. A contribuição das atividades de transformação para a absorção da mão de obra persistiu limitada, não indo além de 8,9% dos ocupados, patamar inferior, inclusive, aos 9,5% de trabalhadores na construção civil. A maioria dos ocupados continuou vinculada ao comércio de mercadorias e a serviços que não se destacam pela geração de postos de qualidade, enquanto o terciário avançado perdeu espaço, entre outros motivos pela transferência da sede das grandes empresas baianas para a metrópole paulista e pela tendência à concentração dos serviços mais qualificados e avançados naquela região.

O desemprego persistiu elevado e os ganhos dos trabalhadores relativamente restritos, com a grande maioria deles percebendo no máximo até dois salários em todos os trabalhos, de acordo com dados de Censo de 2010. O que não chega a ser surpreendente, uma vez que, conforme estudo de Pochman citado por Singer (2018), do total de 21 milhões de postos criados no Brasil na primeira década do século XXI, 94,8% foram empregos com rendimentos até 1,5 salários-mínimos. A distribuição dos ocupados por agrupamentos de atividades também evidencia uma expansão daquelas que não oferecem remunerações mais elevadas, como o comércio e reparação e a construção civil, registrando-se um crescimento da participação dos ocupados com ganhos superiores a dois salários-mínimos apenas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

Assim, apesar dos avanços antes mencionados, as marcas básicas na RMS continuaram persistentes. Como a tabela a seguir deixa patente, a categoria dos grandes empregadores e dirigentes permaneceu restrita e parece ter sofrido algumas mudanças na sua composição, como uma maior frequência de mulheres e não brancos e um relativo decréscimo dos seus ganhos. O contingente de profissionais de nível superior teve uma expansão expressiva, especialmente no polo metropolitano, mas, ainda assim, sem alcançar o peso constatado nas metrópoles mais desenvolvidas do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, enquanto a frequência dos pequenos empregadores se reduziu.

Categorias como a dos trabalhadores em ocupações médias e no terciário especializado mantiveram sua posição relativa, com pequenas variações, e os vinculados ao setor secundário uma participação limitada, com uma ampliação que reflete, basicamente, o crescimento das oportunidades na construção civil e em atividades a ela associadas. As condições relativamente mais favoráveis da conjuntura viabilizaram um decréscimo dos trabalhadores do terciário não especializado e, em uma região com o grau de urbanização da RMS, os trabalhadores agrícolas continuaram carecendo de expressão.

**Tabela 1 – Categorias Sócio-Ocupacionais Salvador e Região Metropolitana, 2000 e 2010**

Categorias Sócio-Ocupacionais	2000		2010	
	Salvador	RMS	Salvador	RMS
Grandes empregadores e dirigentes	1,2	1,0	1,5	1,4
Profissionais de nível superior	7,2	6,3	11,1	9,7
Pequenos empregadores	2,5	2,4	1,2	1,2
Trabalhadores em ocupações médias	29,5	28,1	29,6	27,3
Trabalhadores do secundário	17,5	19,5	18,2	20,7
Trabalhadores do terciário especializado	21,8	21,5	20,1	20,3
Trabalhadores do terciário não especializado	19,7	19,9	17,7	17,8
Trabalhadores agrícolas	0,4	1,1	0,6	1,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Além disso, as condições que marcaram a conjuntura em apreço não conseguiram se sustentar. Tanto em decorrência da crise internacional (que afetou a demanda e o preço das commodities e as possibilidades de crescimento de países como o Brasil) como de suas próprias contradições internas o ciclo expansivo que marcou a trajetória do Brasil na primeira década do novo milênio terminou por se esgotar. A economia desacelerou e as medidas tomadas para estimular o seu crescimento não surtiram mais efeitos positivos; as contas públicas se deterioraram, os investimentos governamentais se restringiram e o consumo se retraiu, paralelamente a uma elevação do déficit fiscal e da dívida pública, notadamente em razão dos gastos financeiros.

Os problemas econômicos (já sinalizados em 2009, em decorrência da crise mundial de 2008) se agudizaram entre 2015 e 2016, associando-se a uma crise política sem precedentes e a uma intensa mobilização dos interesses e das forças conservadoras, que ascenderam ao poder com o impeachment da presidente, com orientações que levaram à persistência da crise e ao agravamento dos seus efeitos adversos em termos ocupacionais. Com base em tabulações especiais das PNAD, Carvalho e Fernandes (2018) constataram que até 2015 o desemprego não chegou a avançar significativamente nas grandes metrôpoles brasileiras, assim como o peso relativo dos ocupados em condições mais vulneráveis e precárias, como os empregados sem vínculos formalizados, a maioria dos trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos e aqueles não remunerados, inclusive naquelas regiões menos desenvolvidas, como Belém, Fortaleza, Recife e Salvador.

### 3. O PANORAMA DOS ANOS MAIS RECENTES

Mas, com a persistência de nova conjuntura, o desemprego e a precariedade ocupacional terminaram se ampliando, com um aumento do contingente de empregados sem carteira assinada, dos ocupados por conta própria e dos pequenos empregadores, associado à redução e à deterioração das oportunidades de assalariamento, o que parece ter levado um bom número de trabalhadores a tentar um negócio próprio ou a criar pequenas empresas para executar (como terceirizadas) atividades antes realizadas diretamente por empresas de maior porte. Na metrópole baiana, por exemplo, dados das PNADs contínuas evidenciam um crescimento do desemprego de 14,8% no primeiro trimestre de 2015 para 18,4% no primeiro trimestre de 2016, 18,3% no primeiro trimestre de 2017 e 19,2% naquele de 2018. Nesse último período, os empregados não passavam de 60,5% e os contribuintes para a previdência em qualquer trabalho de 65,6%, com uma nítida tendência de queda dessa proteção.

Como os números da tabela 2 deixam patente, até 2014 crescem os números absolutos dos ocupados nas categorias superiores ou relativamente mais qualificadas na RMS<sup>5</sup>, paralelamente a uma queda do contingente de pequenos empregadores, de empregados do terciário não qualificado e de trabalhadores agrícolas. Levando-se em consideração o conjunto dos grandes empregadores, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, fica patente que embora a frequência dessas categorias “superiores” tenha se ampliado de 9,8% em 2000 para 12,3% em 2010, entre 2012 e 2017 elas mantiveram uma estabilidade em torno de 15 a 16%. O gráfico 2 também mostra essa evolução.

**Tabela 2 - Evolução das Categorias Sócio-Ocupacionais (em números absolutos) Região Metropolitana de Salvador, 2012-2017**

<b>Categorias Sócio-Ocupacionais</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Grandes empregadores e dirigentes	77.925	60.343	65.099	64.905	39.577	81.092
Profissionais de nível superior	149.682	178.643	185.857	179.819	174.611	160.467
Pequenos empregadores	57.005	79.009	55.005	74.008	71.233	67.589
Ocupações médias	417.457	476.358	504.729	502.368	464.542	450.046
Trabalhadores do terciário especializado	425.848	419.949	465.263	469.204	420.859	438.550
Trabalhadores do secundário	380.045	347.543	382.716	350.438	335.451	350.448
Trabalhadores do terciário não-especializado	362.926	307.270	276.962	325.176	281.528	335.804
Trabalhadores agrícolas	8.146	18.435	15.676	17.368	12.764	19.977
<b>Total</b>	<b>1.879.036</b>	<b>1.887.549</b>	<b>1.951.308</b>	<b>1.983.285</b>	<b>1.800.565</b>	<b>1.903.972</b>

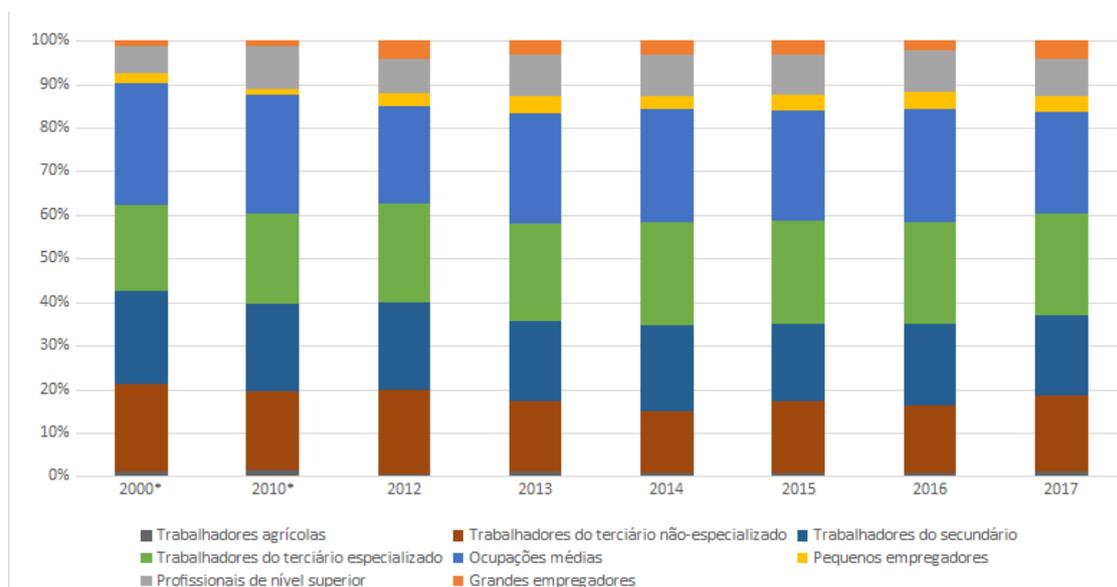
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

<sup>5</sup> Tendo em vista a estrutura de concentração de ocupados em categorias médias e não especializadas na RMS, as informações amostrais da PNAD geram variações nas categorias mais elevadas na hierarquia ocupacional. Na Tabela 2 deve-se analisar as categorias de grandes empregadores, profissionais de nível superior e pequenos empregadores em seu conjunto, ou incorreremos em erros de análise por conta da variação amostral da pesquisa.

**Tabela 3 - Evolução das Categorias Sócio-Ocupacionais (em números relativos - %) Região Metropolitana de Salvador, 2012-2017**

Categorias Sócio-Ocupacionais	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Grandes empregadores e dirigentes	4,1	3,2	3,3	3,3	2,2	4,3
Profissionais de nível superior	8,0	9,5	9,5	9,1	9,7	8,4
Pequenos empregadores	3,0	4,2	2,8	3,7	4,0	3,5
Ocupações médias	22,2	25,2	25,9	25,3	25,8	23,6
Trabalhadores do terciário especializado	22,7	22,2	23,8	23,7	23,4	23,0
Trabalhadores do secundário	20,2	18,4	19,6	17,7	18,6	18,4
Trabalhadores do terciário não-especializado	19,3	16,3	14,2	16,4	15,6	17,6
Trabalhadores agrícolas	0,4	1,0	0,8	0,9	0,7	1,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

**Gráfico 2 - Evolução recente das Categorias socio-ocupacionais Região Metropolitana de Salvador, 2012-2017**

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

No início dos anos 2000, os profissionais de nível superior eram pouco mais de, 6,0% dos ocupados, mas eles chegaram a 8,4% em 2017, sendo uma das categoriais sócio-ocupacionais que mais cresceram no período recente. Esses profissionais são majoritariamente mulheres, com uma proporção elevada de proteção social (87,2% em 2017), baixa informalidade e rendimentos acima da média da RMS (mais de 70% tinham carteira assinada e rendimentos acima de R\$ 2000). Apesar de serem na maior parte pessoas negras (56% em 2017), estão sub-representadas em relação ao total de ocupados da RMS (83% do total de ocupados)

Em que pese a redução registrada desde o ano 2000, quando chegaram a constituir 28% dos ocupados, os integrantes das ocupações médias persistiram como a categoria ocupacional de maior peso na RMS, abrangendo 23,6% (quase um quarto) do total de ocupados em 2017, e mais de 450 mil trabalhadores. A maior parte é composta por

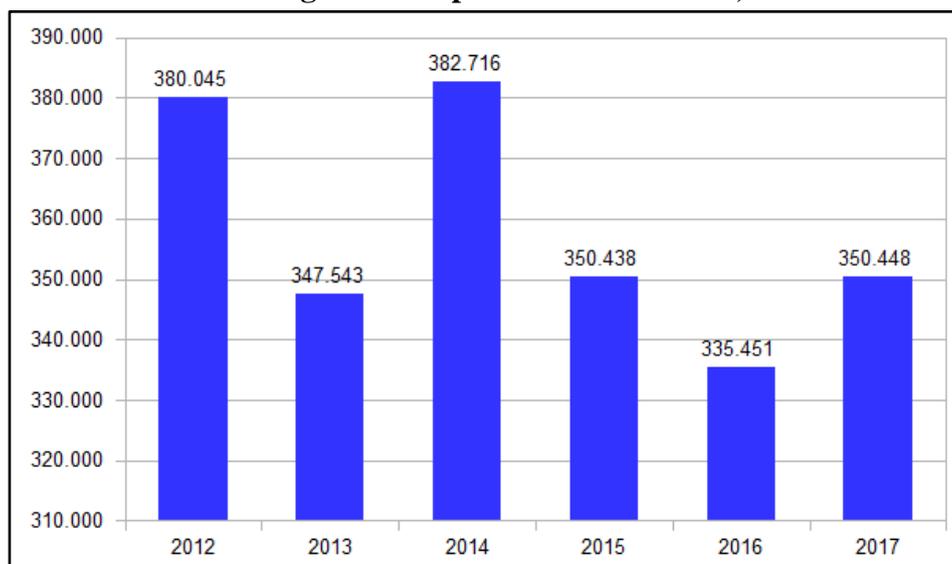
mulheres (55,6% em 2017) e houve um pequeno aumento da presença das trabalhadoras nas ocupações médias. Corroborando a grande representatividade dessas ocupações na RMS, também são predominantemente negros, em proporção equivalente, ou mesmo um pouco superior, à população da RMS (85,3% em 2017). Houve uma pequena queda da proporção daqueles que contribuíam para a previdência, mas a cobertura permaneceu relativamente elevada (79,4% em 2012 e 78,9% em 2017), assim como a formalização (72,5% em 2012 e 67,4% em 2017). Em termos de rendimento, 70% dos trabalhadores das ocupações médias recebia até R\$ 2.000,00 sendo que pouco mais de 1/3 deles ganhava até R\$ 1.000,00. Esta última proporção cresceu em relação a 2012 (quando era de 30,7%), o que indica uma perda de rendimento desta que é uma categoria significativa na RMS, com possíveis reflexos importantes na dinâmica da economia da região. Esta é uma categoria marcada pela heterogeneidade, mas as maiores perdas ocorreram para as ocupações técnicas e de saúde e educação, mais um sinal de precarização nos serviços sociais da RMS.

Os trabalhadores do terciário especializado, segundo grupo com maior participação na estrutura ocupacional em 2017, representavam 23% dos ocupados na RMS em 2017 e vêm se mantendo em torno desse patamar desde de 2012. São pouco mais de 400 mil trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados e superam (em termos absolutos e relativos) as categorias de trabalhadores do terciário não especializado e do secundário; estas duas últimas, por sua vez, vêm perdendo participação no total da ocupação. Os trabalhadores do comércio, particularmente, tiveram um pequeno aumento na participação no período recente, mas isso não se mostra necessariamente como uma tendência. Estes são predominantemente mulheres negras, enquanto os prestadores de serviços especializados são, em sua maioria homens, mas também negros. Nas duas subcategorias as pessoas negras estão sobre representadas (86,7%, acima da média de 83% de negras e negros no total de ocupados da RMS em 2017).

A proteção social através da contribuição para a previdência avançou entre esses trabalhadores, passando de 51,7% em 2012 para 61,7% em 2017. Mas uma parcela muito significativa se encontrava na informalidade (como empregados sem carteira assinada ou trabalhando por conta própria) e com ganhos restritos, uma vez que mais de 60% recebia até R\$1.000,00 e apenas 10% acima de R\$2.000,00.

Já os trabalhadores do secundário constituem uma categoria tradicionalmente restrita na RMS e entre 2012-2017 sua participação na estrutura ocupacional decresceu, uma vez que a crise econômica, associada ao avanço da terceirização, à precarização das relações laborais e a outras mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, afetou especialmente alguns segmentos dessa categoria, como os operários da indústria de transformação. O total de trabalhadores nas atividades secundárias passou de 380.045 em 2012 para 350.448 em 2017, representando, respectivamente, 20,2% e 18,4% do total de ocupados, como ilustra o gráfico a seguir.

**Gráfico 3 - Evolução recente do número de Trabalhadores do Secundário Região Metropolitana de Salvador, 2012-2017**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Ocorreu uma queda expressiva do contingente de operários da indústria moderna, que chegou a perder 15.626 postos entre 2012 e 2016, com uma pequena recuperação em 2017, que permitiu à categoria manter a participação em torno de 3,1% neste último ano, mas ainda com 10.970 postos a menos em relação a 2012. Na indústria tradicional a perda foi ainda mais acentuada entre 2012 e 2015, chegando a 22.351 postos, com pequena recuperação em 2016 e 2017, restringindo seu peso para 2,5% neste ano mais recente. Os operários dos serviços auxiliares tiveram a sua frequência ampliada no período analisado de 81.444 para 107.421 em termos absolutos e de 4,3% para 5,6% em termos relativos, em decorrência principalmente do processo de terceirização crescente dessas atividades, com menores remunerações e sem vínculo com as maiores empresas industriais. Esse processo de precarização do trabalho vem se acentuando, sobretudo com a reforma trabalhista no Brasil. Já os operários da construção civil apresentaram um decréscimo, caindo de 166.495 para 136.295 em termos absolutos e de 8,9% para 7,2% em termos relativos, embora se mantivessem como o segmento numericamente mais elevado da categoria em apreço na RMS.

Tradicional reduto masculino, em 2017 ele empregava 86,7% de homens e 91,7% de negros. Tratava-se, também, de um contingente relativamente jovem (com uma maioria de ocupados com uma idade entre 25 a 34 ou 35 a 49 anos) e de um espaço privilegiado dos trabalhadores sem instrução ou com apenas o ensino fundamental, principalmente em decorrência do peso da construção civil. Mas a categoria em apreço absorvia, também, uma parcela não desprezível de ocupados com ensino médio completo ou incompleto, na indústria tradicional ou, principalmente, na indústria moderna, uma vez que essa última tem empregado, sobretudo, jovens egressos de cursos técnicos de nível médio.

A persistência da crise e a dinâmica e transformações assinaladas ampliaram a vulnerabilidade e a precariedade ocupacional entre os trabalhadores do setor secundário.

Aqueles com vínculos formalizados caíram de 182.774 para 123.408, ou seja, de 48,1% para 35,2%. Os contribuintes para a previdência de 207.412 para 175.619, ou seja, de 54,6 para 50,2%, e esses processos afetaram até mesmo aqueles segmentos que dispunham anteriormente de melhores condições, como os ocupados na indústria moderna. Entre os mesmos, a parcela com vínculos formalizados passou de 49.035 para 36.824, ou seja, de 70,4% para 62,8%, e a de contribuintes para a previdência de 76 para 74%. Na indústria tradicional, os operários com registro em carteira passaram de 46,3% para 18,1%, e a de contribuintes para a previdência de 52,1% para 29,7%, sendo a maior queda de cobertura social entre as categorias do secundário.

**Tabela 4 - Percentual de Trabalhadores com Registro Formal\* nas Categorias Sócio-Ocupacionais Salvador e Região Metropolitana, 2012 a 2017**

<b>Categoria Sócio-ocupacional</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Grandes empregadores e dirigentes**</b>	<b>74,9</b>	<b>84,5</b>	<b>84,6</b>	<b>69,5</b>	<b>91,7</b>	<b>73,4</b>
<b>Profissionais de nível superior</b>	<b>74,4</b>	<b>73,1</b>	<b>74,8</b>	<b>64,4</b>	<b>70,8</b>	<b>72,2</b>
<b>Ocupações médias</b>	<b>72,5</b>	<b>74,7</b>	<b>72,6</b>	<b>74,9</b>	<b>70,2</b>	<b>67,4</b>
<b>Trabalhadores do terciário especializado</b>	<b>43,1</b>	<b>44,4</b>	<b>46,3</b>	<b>43,4</b>	<b>46,7</b>	<b>41,5</b>
<b>Trabalhadores do secundário</b>	<b>48,1</b>	<b>48,6</b>	<b>46,4</b>	<b>39,5</b>	<b>34,1</b>	<b>35,2</b>
<b>Trabalhadores do terciário não-especializado</b>	<b>38,2</b>	<b>38,2</b>	<b>49,4</b>	<b>50,1</b>	<b>48,0</b>	<b>45,4</b>
<b>Trabalhadores agrícolas</b>	<b>14,1</b>	<b>10,7</b>	<b>7,7</b>	<b>13,0</b>	<b>10,5</b>	<b>5,5</b>
<b>Total</b>	<b>53,6</b>	<b>55,8</b>	<b>57,3</b>	<b>54,6</b>	<b>53,7</b>	<b>50,8</b>

Nota: \*Com carteira de trabalho assinada; \*\* Excluídos os Empregadores.

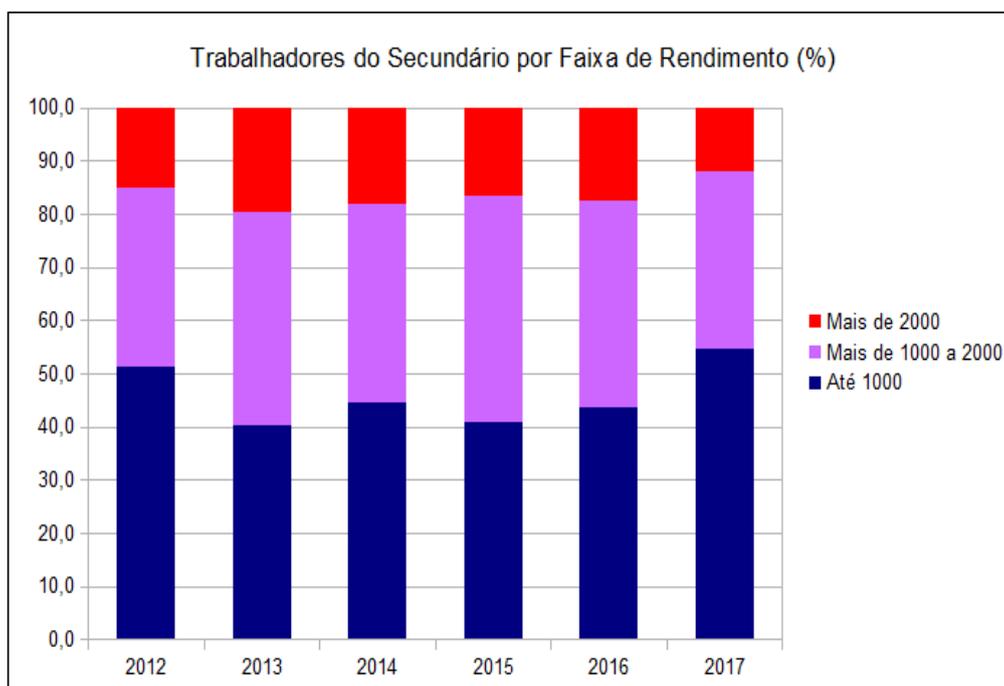
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012-2017. Exclusive Empregadores.

Como seria de esperar, as perdas foram especialmente acentuadas entre os operários da construção civil. Se em 2012 o percentual de trabalhadores com registro formalizado e contribuição à previdência era de 38,7% e 45,2%, em 2017 esses números não iam além de 22,5% e 33,4%, e os movimentos assinalados também foram associados a perdas nas remunerações, especialmente nos dois últimos anos da série analisada, como o gráfico a seguir deixa evidente. Em 2012 tinham ganhos até mil reais 46,9% dos ocupados na indústria moderna, 54,3% na indústria tradicional, 53,3% dos operários dos serviços auxiliares, 59,6% dos operários da construção civil e 51,1% do conjunto desses trabalhadores. Em 2017 esses números representavam 42,9%, 76,3%, 30,0%, 71,5% e 54,6%.

Apenas os operários dos serviços auxiliares parecem ter sido menos penalizados pelos impactos adversos da conjuntura e das mudanças anteriormente apontadas, com um relativo crescimento do número de postos, dos vínculos formalizados e da proteção social, associada a uma pequena redução do número de trabalhadores com ganhos até mil reais, provavelmente devido ao aumento de contratos terceirizados em substituição a vínculos de melhor qualidade. Os trabalhadores contratados nos anos mais recentes passaram a receber salários menores, e com a conjuntura de aumento do desemprego e a

redução do espaço de negociação dos trabalhadores por ganhos reais, as contratações passaram a acontecer em condições mais precárias, principalmente no que tange aos rendimentos.

**Gráfico 4 – Trabalhadores do Secundário, por faixas de rendimentos (%) - Região Metropolitana de Salvador – 2012-2017**

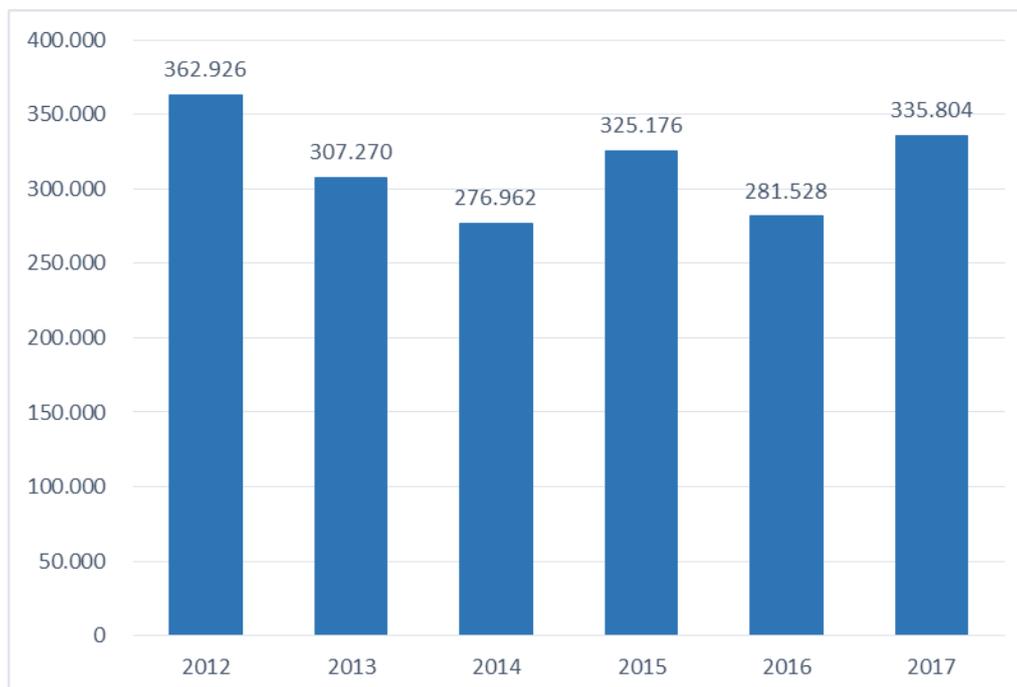


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017. Em reais de 2017.

Nas primeiras décadas deste novo milênio os trabalhadores do terciário não especializado vêm experimentando uma redução, tendo passado de 20% dos ocupados no ano 2000 para 17,6% em 2017 na RMS. Aparentemente ocorreu uma ampliação da qualificação dos trabalhadores na prestação de serviços, o que é consistente com a melhoria nos indicadores educacionais do país, ainda que de forma lenta na RMS. O setor terciário é um dos que mais acolhem jovens trabalhadores, e as tendências recentes de avanços na educação básica se refletem nesse setor, uma vez que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>6</sup> de Salvador passou de 2,8 em 2005 para 5,3 em 2017, aproximando-se do IDEB da rede pública nacional (5,5 em 2017), conforme apurado pelo Ministério da Educação. Contudo, apesar da referida redução, o contingente desses trabalhadores vem crescendo nos últimos anos, passando de 281.528 para 335.804 ocupados de 2016 para 2017, como o gráfico deixa patente.

<sup>6</sup> O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática, e na taxa de aprovação.

**Gráfico 5 – Evolução recente do número de trabalhadores do terciário não especializado Região Metropolitana de Salvador – 2012-2017**



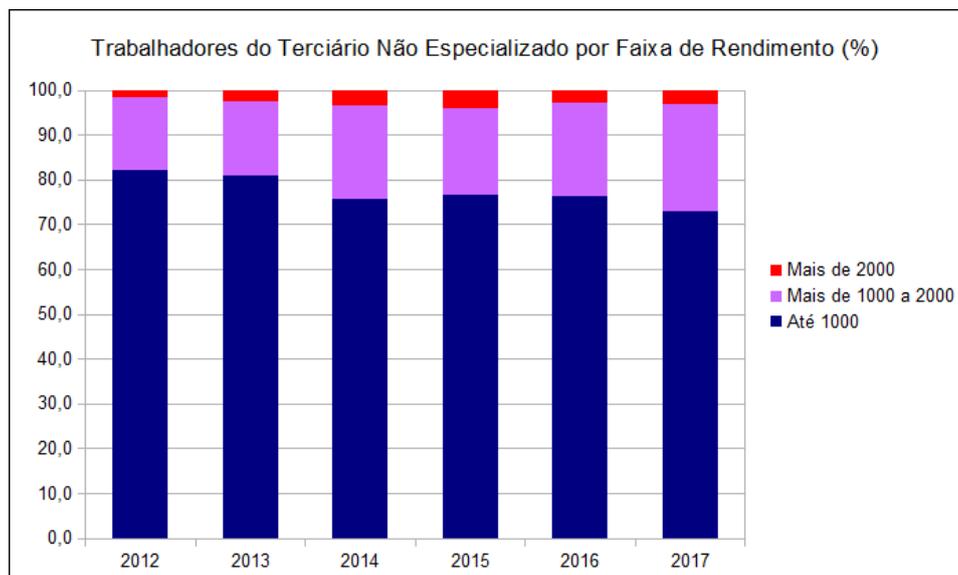
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Abarcando os prestadores de serviços não especializados, os trabalhadores domésticos, os ambulantes, biscateiros e similares, esse grupo é marcado pela predominância dos ocupados com atributos menos valorizados pelo mercado de trabalho, a exemplo das mulheres, dos negros, dos detentores de menor escolaridade e dos que somam algumas dessas características, a exemplo das mulheres negras ou dos jovens que não completaram o ensino fundamental. Funcionando como porta de entrada no mercado de trabalho, essa categoria também se destaca pela parcela de ocupados entre os de 14 a 17 anos e daqueles com 50 anos e mais que não conseguiram obter uma melhor condição.

Sua fragilidade em termos ocupacionais e sociais fica patente quando se constata que os ocupados nessa categoria trabalham normalmente por conta própria, como empregados sem vínculos formalizados ou como familiares auxiliares, sem cobertura previdenciária<sup>7</sup>. Boa parte deles tem a sua capacidade subutilizada em jornadas de até 14 ou até 39 horas semanais de trabalho e, como seria de esperar, na grande maioria dos casos, os ganhos desses trabalhadores são especialmente reduzidos. Em 2017 tinham rendimentos até mil reais 54,7% dos prestadores de serviços não especializados, 81,2% dos trabalhadores domésticos e 87,5% dos ambulantes e biscateiros. Para o conjunto dessa categoria, os rendimentos são apresentados no gráfico que se segue.

<sup>7</sup> Desagregando-se a categoria do terciário não especializado, é possível constatar a predominância masculina entre os prestadores de serviços não especializados e entre os biscateiros e ambulantes, enquanto as mulheres representavam 93,5% dos ocupados no serviço doméstico. Além disso, refletindo as desigualdades raciais que marcam a sociedade brasileira, 88,5% dos ocupados nessa categoria eram negros.

**Gráfico 6 – Trabalhadores do terciário não especializado, por faixas de rendimentos (%) Região Metropolitana de Salvador – 2012-2017**

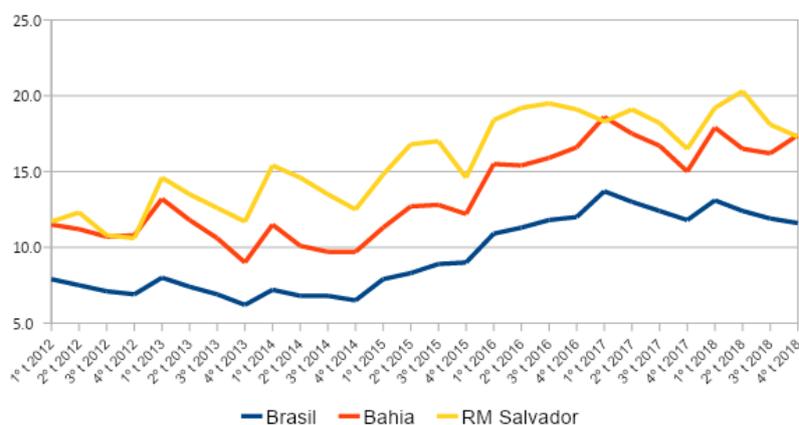


Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

As atividades agrícolas praticamente não existiam na capital baiana, estando mais presentes em municípios da sua periferia, como Vera Cruz e Camaçari. E como 75% da população da RMS reside em Salvador, analisar o perfil e a dinâmica dos dedicados a esse tipo de atividades exige, igualmente, um cuidado com as variações amostrais da PNAD.

Por outro lado, as taxas de desocupação auferidas pela PNAD apresentam uma tendência crescente na RMS. Mesmo com a pequena queda registrada no final de 2017, elas se mantêm bastante elevadas em 2018, e a referida queda ainda não pode ser considerada como sustentável. A evolução das taxas de desocupação é apresentada no Gráfico 7.

**Gráfico 7 – Evolução das Taxas de Desocupação Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua Trimestral, 2012-2018.

No final de 2018, 59,6% dos desempregados eram principalmente mulheres, 84,2% negras e negros, e 44,6% possuíam escolaridade até o nível médio incompleto. A taxa de desocupação entre os jovens era de 80,5% na faixa de 14 a 17 anos e 32,9% na de 18 a 24 anos. Esses trabalhadores desempregados têm perfil similar ao dos ocupados no terciário não especializado, mantendo dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho e indicando a dimensão do excedente de mão de obra da RMS.

Somados os desocupados, aqueles que poderiam ser classificados como sub ocupados por insuficiência de horas trabalhadas, elevariam a taxa de desocupação para 20% em 2012 e para 27% em 2018, mais de um quarto da força de trabalho. Pensar o mercado de trabalho na RMS é levar em conta que um quarto da força de trabalho está desocupada ou sub ocupada. Além disso, considerando todo o conceito de subutilização da força de trabalho<sup>8</sup> (desocupação, subutilização da força de trabalho e força de trabalho potencial), a RMS parte de 25% em 2012 e ultrapassa os 32% em 2018. Ou seja, quase um terço da força de trabalho transita nesta vulnerabilidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e análises apresentados ao longo do presente texto evidenciam a ocorrência de algumas transformações na estrutura social da Região Metropolitana de Salvador, como o crescimento dos profissionais de nível superior e a redução do operariado industrial e dos trabalhadores do terciário não especializado, mas, sobretudo, a relativa persistência de uma estrutura de mercado de trabalho concentrada em ocupações médias, que se conformou nos anos 1970 e 1980, em decorrência das transformações econômicas, sociais e urbanas daquela ocasião.

- Como foi visto, essa estrutura é marcada pela presença de uma reduzida parcela de ocupados que desfrutam de uma posição e de condições mais favoráveis, como grandes empregadores dirigentes do setor público e do setor privado, profissionais de nível superior e alguns pequenos empregadores, paralela a uma concentração dos demais trabalhadores em ocupações médias, em atividades do setor secundário, do terciário especializado e do terciário não especializado, sendo a parcela de trabalhadores agrícolas inexpressiva na área em questão.
- Contudo, apesar da sua predominância, os trabalhadores das ocupações médias constituem uma parcela mais reduzida que em outras grandes metrôpoles brasileiras; a participação dos operários na indústria de transformação no setor secundário é bastante restrita e a grande marca da RMS é o peso dos trabalhadores que se encontram no terciário não

---

<sup>8</sup> De acordo com o IBGE (2016), a Subutilização da Força de trabalho (labour underutilization) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (unemployment), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (employment). São identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial. Tais conceitos acompanham recomendações mais recentes da Organização Internacional do Trabalho para melhor analisar a dinâmica do mercado de trabalho.

especializado, assim como a dos desempregados, desocupados e daqueles em condições de vulnerabilidade e precariedade ocupacional.

Com variações associadas às diferentes conjunturas econômicas nacionais e locais, tem crescido o número dos ocupados sem a formalização dos vínculos, e sem cobertura social e previdenciária. As novas contratações também parecem ter ocorrido com salários mais reduzidos, como mostra um estudo recente com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/CAGED (Bahia, 2019), que traz dados sobre contratações e desligamentos no mercado formal de trabalho. A pequena melhoria registrada nos últimos meses de 2018 não foi suficiente para recompor a dinâmica mais favorável registrada até 2014. Além disso, não se pode dizer que a mesma será sustentável a médio prazo, uma vez que a RMS persiste como uma metrópole periférica e menos desenvolvida que outras regiões, com uma economia ancorada sobretudo na prestação de serviços menos qualificados, um mercado de trabalho pouco dinâmico e um histórico e enorme excedente de mão de obra.

- As mudanças mais recentes têm penalizado especialmente alguns segmentos ocupacionais e sociais, como os trabalhadores do comércio e os operários da construção civil e da indústria de transformação, as mulheres e jovens negros e os detentores de uma menor escolaridade. Finalizando, vale ressaltar que essa realidade não se reflete apenas sobre as condições de vida da população, impactando significativamente, também, sobre a formação, identidades e solidariedades sociais e de classe, sobre a estrutura de poder e sobre as lutas e a própria dinâmica urbana, e que esses impactos precisam ser objeto de mais amplas e aprofundadas discussões.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de. “A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana.” In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. (Org.) *Como Anda Salvador*, 2ª ed. Salvador, EDUFBA, 2008.

*ATLAS de Desenvolvimento Humanos/METRODATA*, 2004.

BORGES, Ângela C.; CARVALHO, Inaiá M. M. de. “Mercado de Trabalho, Segregação e Emprego em Salvador.” In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; MELLO E SILVA, Sylvio B. SOUZA, Ângela G.; PEREIRA, Gilberto C. (Orgs.) *Metrôpoles na Atualidade Brasileira, transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, EDUFBA, 2014.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). *Boletim de Conjuntura do Mercado de Trabalho - 4º tri.* 2018, Salvador, v.5 n.4, mar. 2019.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; BORGES, Ângela M. C. “A região metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho”. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. *Salvador: Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; FERNANDES, Cláudia M. *Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrôpoles brasileiras*. Cadernos Metrôpole (PUC/SP), v. 30, 2017, p. 797-822.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto C. “Estrutura Social do território na Região Metropolitana de Salvador.” In: Salvador: *Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

FARIA, Wilmar E. *O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes*. São Paulo, Estudos CEBRAP, n. 18, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Microdados trimestrais*. Rio de Janeiro, 2012-2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.

OLIVEIRA, Margareth R. N. *A produção de escassez do solo urbano. Um estudo sobre o boom imobiliário, uso das TRANSCONS e apropriação de mais valia fundiária em Salvador – BA (1968-2009)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SINGER, André. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra cabeça de período Dilma – 2011-2016*. Companhia das Letras.

STANDING, Guy. 2014. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.